**Ata nº 1.470/2019**

Aos dezessete dias de abril de 2019, às 19 horas em Sessão Ordinária sob a Presidência do vereador José Luiz Comin, onde todos os vereadores estavam presentes. Destacou-se a presença do Presidente do Sindicato Rural Sr. Duílio Magnaguagno. Inicialmente foi levada a votação a ata da Sessão Ordinária n° 1.469/2019 a qual foi aprovada por unanimidade de votos. Leitura da Exposição de motivos do Projeto de lei nº 1.460/2019. Leitura do ofício da Administração nº 55/2019. Leitura do Pedido de Providências nº 44/2019. Moção de Apoio nº 02/2019. Resolução de Mesa nº 01/2019 – Altera o Regimento Interno – Moções. Entrando no **Grande Expediente**, a primeira vereadora a utilizar o espaço da tribuna, foi a vereadora **Odete A. Bortolini**, a qual cumprimentou a todos e comentou sobre a participação na Audiência Pública sobre as constantes faltas de energia elétrica no meio rural, juntamente com os colegas: vereador José, vereador Gustavo, vereador Zelvir, Vereador Adi e vereadora Marina, também o Secretário de Educação Roberto e Presidente do Sindicato Rural Duílio Magnaguagno. Afirmou que tiveram a oportunidade de acompanhar vários relatos dos municípios que estavam presentes, no nosso município tem problemas, mas concluíram que tem outros municípios com muito mais dificuldades. Disse que puderam fazer uma leitura da realidade, as dificuldades que os produtores rurais e a comunidade como um todo passa por problemas muito sérios em relação à energia elétrica, sem contar que ainda teve um Projeto um Decreto do Presidente da República no dia 28 de dezembro, e afirmou ser o motivo da Moção de Apoio nº 02/2019, ele foi assinado pelo então Presidente Michel Temer, aonde ele sugere eliminar o subsídio que tem a energia elétrica no setor rural. Hoje o nosso município conta com desconto de 30% na energia elétrica rural e sabe-se a importância da energia elétrica para os produtores, sendo que o município é o segundo maior produtor de aves/perus no estado. Sabe-se também que esse setor avícola, é praticamente dependente da energia elétrica, o setor leiteiro também depende de energia elétrica. Por isso solicitou o apoio dos colegas vereadores, para que auxiliem votando favorável a Moção de Apoio nº 02/2019, pois no dia 9 de Abril foi votado pela Comissão de Minas e Energia, sendo aprovado por ampla maioria o projeto de lei apresentado pelo Deputado o Heitor Schuck – PSB, que derruba esse projeto de lei que foi encaminhado em dezembro e que aí eles voltam a restabelecer o desconto para o produtor rural porque senão, esse desconto gradativo ele seria no decorrer de 5 anos 20% ao ano, retirado da conta da energia elétrica rural. Esse projeto passou pela Comissão de Minas e Energia, mas ele está para ser votado, por isso o encaminhamento da Moção de Apoio a esse Projeto de Lei nº 9642 do Deputado Federal Heitor Schuch. Acredita que é pouco o que se pode fazer “aqui na ponta”, mas se todos se unirem, acredita que quem sabe esse projeto seja aprovado. Deixou aberto ao colegas, caso alguém tenha alguma sugestão para acrescentar a Moção. Intervenção do vereador José L. Comin: informou que neste ano também tiraram 10% do subsídio do seguro agrícola vindo do Governo Federal e com a reforma da previdência propostas, mais uma vez que sofre é o povo. Acredita que o povo deve cobrar dos representantes, que seja realizada uma reforma política ao invés de retirar os direitos do povo. Voltando ao seu pronunciamento, a vereadora afirmou que a exemplo desta Moção de Apoio, é uma forma de cobrar uma postura e uma votação que atenda às demandas do município, pois será encaminhado aos Deputados e certamente os mesmos serão cobrados por uma atitude. Afirmou que este tipo de audiência “é do tipo que a gente vai ouvir, ver o relato de todo mundo, mas enfim, ativamente de concreto não saiu um documento nada registrado de encaminhamento”. Então acredita que deveria ter sido feito um documento, pois foram ouvidos muitos relatos, mas de concreto não teve nada, e o que foi ouvido das agências reguladoras e das empresas que estavam lá presentes, é que elas são as melhores fornecedoras do país, certificadas no conselho entre as melhores qualificadas. Sugeriu que se fizesse um documento relatando o feedback em relação à audiência pública aos organizadores. Intervenção do vereadora Arnilde T. S. Kriger: Acredita que a empresa só irá tomar alguma atitude, quando deixar de receber os valores pagos pelos contribuintes. Pois se falta a luz, as pessoas não devem pagar pelo que não tem. Voltando ao seu pronunciamento, disse que as empresas fornecedores falaram que não representa nada na conta, que representaria mais ao consumidor não ter que pagar o que não teve, do que eles sentirem falta desses valores. Intervenção do vereador Gustavo De Déa: Em sua opinião analisando o contexto geral sobre essa audiência, o resultado é sempre o mesmo, mas o que mais pode-se ver, é que nada foi divulgado nos veículo de imprensa sobre esta audiência que contou com grande presença, mas que não foi divulgada para que tomasse maior amplitude de conhecimento a população e que pudesse ser cobrado algo destas empresas. Afirmou que estas estatais, só funcionam para cabide de emprego dos governos, que estão no mandato, é assim que funciona com quem o serviço é prestado, como forma de apadrinhar partidos dentro do governo, dando cargos, enquanto o povo do interior sofre no bolso. Retomando o pronunciamento a vereador destacou a ausência da ANEEL empresa que regula os serviços prestados por estas empresas que fornecem energia elétrica, que teriam o poder de multar e cobrar destas empresas o fornecimento do serviço, mas a mesma não teve interesse em participar. Acredita que foi valido a ida para a Audiência, pois sempre se aprende e pode-se tomar alguma atitude a mais para o melhoramento da vida e do trabalho dos munícipes. A próxima vereadora a utilizar o espaço da tribuna, foi a vereadora **Marina Panazzolo**, a qual cumprimentou a todos e justificou a sua ausência na última sessão, devido a problemas de saúde. Comentou sobre o pedido de providências de sua autoria, onde a ideia é que o Executivo informe se há uma previsão, ou se está planejando alguma atividade para homenagear o dia do Agricultor, que se comemora no dia 31 de julho, isso porque além de ser uma data que merece homenagens, a ideia vai além disso, é uma forma de exercício de políticas públicas, porque nessas atividades sempre tem programas e informações seminários, palestras, atividades recreativas, de lazer e cultura. Então esse pedido é para que o Executivo informe se há algo planejado, ou se não há, se coloca à disposição para auxiliar a planejar. Informou que no dia 02 de maio as 19:30h haverá a audiência pública para debater a Reforma da Previdência, será no salão paroquial, no teatro e a câmara de vereadores está apoiando. Esta audiência pública vai ser realizada pela OAB - Comissão de Direito Previdenciário da Subseção em Caxias do Sul. Convidou a todos para participar, e solicitou aos colegas que auxiliassem na busca de alguém que é favorável à reforma, que venha defender a reforma, porque as pessoas precisam ouvir os dois lados, as pessoas precisam ir para audiência pública e ver quem é contrário à forma, tem argumentos e quem é favorável à reforma também tem argumentos. Enalteceu a importância do envio de Moções, pois é muito importante, pois os representantes maiores que “nós vereadores”, possam ficar cientes do que pensa, da voz daquela comunidade, daquela localidade. Por exemplo: na semana passada o atual Governador Eduardo Leite participou de uma entrevista no jornal do almoço para falar sobre diversos assuntos e a apresentadora levantou que sabia que 40 municípios do Estado tinha enviado moções apoiando, que o governo aumentasse o efetivo do Corpo Militar, que são os bombeiros. E esta Casa encaminhou uma Moção, então o governo e os representantes da Assembleia, sabem que o município de Nova Roma do Sul tá pedindo apoio, que atendam a carência que têm nessa área militar, e que dê provimento aos aprovados no concurso. Apresentou a sua indignação sobre a Audiência Pública sobre a falta de energia no meio rural. Afirmou que são necessárias medidas concretas. Informou que segundo o Deputado Pepe Vargas bem colocou, esse serviço público foi privatizado, o lucro do estado com esse serviço passou para uma empresa privada, que nem Brasileira é. O limite de investimento de 8% dos ganhos de uma concessionária de serviço público em energia elétrica é para investimento na melhoria do serviço, e que se ninguém faz nada e aceita nada será solucionado. Pode verificar se se tratou de um ato de politicagem. Acredita que o erro começa por nós, quando a gente trata um deputado como importante, o status que o cargo tem, mas ele é um servidor público e não é mais que ninguém. Intervenção do vereador José L. Comin: afirmou que vários Deputados entraram na sala para participar da audiência, mas assim que registrada a sua presença, se levantaram e foram embora. Voltando ao seu pronunciamento, a vereadora lembrou que hoje fazem três anos que foi sofrido um golpe com a retirada da então Presidente Dilma, e que muito se falou que iriam apoiar o futuro Presidente Temer, pois o país iria mudar. Mas o que se viu, não foi bem isto, o país não saiu da crise, o PIB não cresceu, o dólar não baixou para R$ 1,00, o desemprego não diminuiu “então concluo que todos nós somos bonecos comandados por poucos políticos e empresários poderosos, e isso também é porque muitos de nós olhamos eles e muitos de nós percebemos a situação e não fazemos nada”. Entrando na **Ordem do Dia**, foi levado a votação a Moção de Apoio nº 02/2019, a qual foi aprovada por unanimidade de votos. **Esclarecimentos Pessoais,** não houveram inscritos. **Recados finais:** O Presidente solicitou a 1ª secretária que fizesse a leitura do convite do Encontro de Corais que acontecerá no dia 18 de maio na Capela São Luiz. Também informou que no dia 23 de abril haverá reunião do Parlamento Regional as 14h na Câmara de Vereadores de Caxias do Sul, caso algum vereador quiser participar. Não havendo mais nada a tratar o Presidente encerrou a Sessão e foi lavrada a presente Ata que após lida e achada conforme em seus termos vai assinada pelo Presidente e pela 1ª secretária.

Nova Roma do Sul, 17 de abril de 2019.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

José Luiz Comin - Presidente do Legislativo Arnilde T. S. Kriger – 1ª Secretária